

**INTERVENÇÃO NA MESA-REDONDA
SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL,
REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 1995
NA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

Maria Joaquina Barrulas

Investigadora do INETI

Presidente da INCITE

(em representação da Vice-Presidente
do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas)

É com muito prazer que, em nome da Dr.^a Maria José Moura, Vice-Presidente do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas, me encontro a representar este Conselho e a participar neste painel organizado pela Direcção do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras do Porto, quando celebra o 10.º aniversário da sua criação.

O Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas, criado pelo Decreto-Lei 361/90 é um órgão de natureza consultiva dependente do membro do Governo que tutela a área da cultura. Tem uma composição que inclui representantes de organismos tais como o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, da Junta de Investigação Científica e Tecnológica, da Associação Nacional de Municípios, da Associação Portuguesa de

Editores e Livreiros (APEL), da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica (INCITE). Pessoalmente, integro o CSBP na qualidade de Presidente da INCITE.

A minha participação nesta sessão não veicula de qualquer forma posições do CSBP sobre a matéria hoje aqui em debate, pela simples razão de que este conselho não tem por enquanto opinião formal sobre o assunto que aqui nos juntou. Com efeito, a actividade desenvolvida tem-se centrado noutros aspectos importantes para o sector do livro e das bibliotecas como sejam a revisão da Lei do Depósito Legal ou o debate sobre o preço do livro e ainda, nas funções de Ponto Focal Nacional para o Programa das Bibliotecas da DGXIII da Comissão Europeia.

É sem dúvida na qualidade de Ponto Focal Nacional para o Programa das Bibliotecas da Comissão Europeia, que a actuação do CSBP tem tido mais visibilidade procurando estimular uma cada vez maior participação de bibliotecas e outras entidades em consórcios internacionais, visando a modernização das bibliotecas portuguesas. Podemos afirmar que com a sua acção tem, sem dúvida, contribuído para que Portugal beneficie também nesta área, dos apoios comunitários.

Contudo, a temática da formação profissional dos bibliotecários não poderia ficar ausente das preocupações de um Conselho que tem como competência, entre outras, formular propostas e propor «medidas susceptíveis de contribuir para a modernização das bibliotecas portuguesas» e tem sido por várias vezes referida como merecedora de uma intervenção por parte do CSBP. Na última sessão plenária foi decidido criar um grupo de trabalho específico para analisar os aspectos relativos à formação e aptidões do bibliotecário na emergente sociedade da informação e propor as formas de intervenção adequadas no âmbito do CSBP.

Tendo sido indicada pelo Conselho para coordenar este grupo de trabalho, foi com redobrado interesse que acedi a participar nesta sessão, na qual espero recolher dados e opiniões que irão certamente enriquecer o nosso debate no seio do Conselho. Como órgão consultivo, não compete ao CSBP desenvolver *curricula* ou modelos de cursos, mas equacionar necessidades de formação dos profissionais que irão protagonizar o esforço de modernização das bibliotecas, e de uma forma mais abrangente da própria sociedade de informação. Competir-lhe-á também fazer recomendações e propor medidas de política que habilitem a uma intervenção adequada por parte das entidades competentes.

Enquanto Presidente da INCITE, uma associação constituída maioritariamente por profissionais oriundos de Centros de Documentação e Informação de Organismos da Administração Pública, bancos e empresas públicas e privadas, encaro o tema da formação e actualização profissionais como uma das áreas privilegiadas de actuação da nossa associação. Diria mesmo que é à volta dele que gira toda a sua actividade que resumo num macro-objectivo: contribuir através de acções organizadas de debate, reflexão (cursos, seminários, encontros) para a valorização profissional dos seus membros.

Na minha opinião pessoal, e como docente e investigadora, considero que ao abordarmos a questão da formação/educação dos profissionais de informação devemos considerar três aspectos principais: Mercado, Concorrência, Recursos. E nesta linha de raciocínio deixo estas pistas para debate:

Em termos de **mercado**, quais as saídas profissionais para os cursos da «área da informação»?

- bibliotecas, mais ou menos tradicionais
- centros de documentação
- centros de recursos de informação
- empresas da indústria de informação (criadores de produtos/ serviços de informação)
- ?

Se falamos de mercado, não podemos ignorar a **concorrência**, que aqui encontramos quer entre escolas e universidades, quer entre áreas de estudo e investigação que de uma forma ou de outra confluem no domínio da informação: informática, computação, gestão, comunicação, biblioteconomia.

Por último mas não por menos (last but not least), há que considerar os **recursos**. Abordar o ensino da biblioteconomia, gestão de informação ou ciência de informação a nível universitário (e é fundamentalmente a esse nível que aqui discutimos), passa na minha opinião, por equacionar os recursos existentes ou a afectar: um corpo docente efectivo, meios técnicos e tecnológicos, e condições para a investigação.

A reformulação dos actuais Cursos de Especialização em Ciências Documentais, bem como a criação de novos cursos exigirá que todos estes aspectos sejam equacionados e encontrado o equilíbrio adequado. Sou particularmente sensível à componente humana e considero que as Universidades que pretendam assumir a área da Informação como um domínio de estudo e investigação específico, terão necessidade de afectar um corpo docente efectivo de especialistas e proporcionar-lhes as condições materiais indispensáveis, possibilidades de progressão na carreira académica e naturalmente também, de desenvolver investigação.

O mercado e a concorrência, serão aliás, no médio e longo prazo, os agentes penalizadores de soluções que não tenham em consideração os aspectos mencionados e os que lhes estão subjacentes: **qualidade e saídas profissionais.**